RENOVA ENERGIA S.A.

Companhia aberta

CNPJ/MF 08.534.605/0001-74

NIRE 35.300.358.295

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30.04.2019

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas da Renova Energia S.A. ("Companhia" ou "Renova"), em atenção à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), submetemos à apreciação de V. Sas. a presente Proposta da Administração ("Proposta") para as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2019, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, nº 850, 14º andar, Parte 1, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, CEP 04707-000 ("AGOE").

Esta Proposta, em conjunto com os documentos da Administração pertinentes, nos termos da legislação aplicável, encontra-se disponível para consulta na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br).

Seguem abaixo as informações e documentos da Administração relacionados à AGOE:

1. Matérias objeto de Assembleia Geral Ordinária:

1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia e Reunião do Conselho Fiscal, ambas realizadas em 27 de março de 2019, a administração da Companhia submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas

explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Os referidos documentos estão disponíveis para consulta no *website* – www.renovaenergia.com.br, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.bmfbovespa.com.br). Os documentos foram publicados em 30 de março de 2019 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Gazeta de São Paulo", na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, em atendimento ao artigo 9º, III, da ICVM 481/09 seguem nos termos do Anexo I desta Proposta.

1.2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrações financeiras disponibilizadas para consulta dos senhores acionistas, o prejuízo será destinado à conta de prejuízos acumulados, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Da mesma forma, a Companhia deixa de apresentar as informações do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2019.

1.3. Eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para preenchimento de cargo vago.

A Administração da Companhia propõe a eleição do Sr. Daniel Alves Ferreira para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para preenchimento de vaga decorrente da renúncia do Sr. Marcos Aurélio Alvarenga Pimentel Junior. O Sr. Daniel Alves Ferreira ocupa a vaga interinamente, conforme eleição em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2018, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O conselheiro de administração eleito exercerá o mandato em curso, de 2 (dois) anos, iniciado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.04.2018.

A Administração esclarece também que foi verificada a aderência do candidato acima indicado aos requisitos previstos no parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, bem como às normas legais e regulatórias aplicáveis.

Para mais informações sobre o candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração acima indicado, vide Anexo II desta Proposta (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 10, I da ICVM 481/09).

1.4. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019.

A Administração da Companhia propõe que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019 seja de até R$ 7.848.936,07.

O limite anual global aprovado abrangerá a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia.

Para fins de esclarecimento, a proposta de remuneração se refere ao exercício social em curso, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 12, II, da ICVM 481/09, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência estão contempladas no Anexo III desta Proposta.

2. Matérias objeto de Assembleia Geral Extraordinária:

2.1. Rerratificar o montante da remuneração global da administração relativo ao exercício de 2018.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018, aprovou-se o limite global de remuneração para os administradores no valor de até R$ 5.520.338,58.

Em razão de eventos que não haviam sido previstos quando da formulação da proposta apresentada à Assembleia Geral realizada em 2018, em especial o desligamento e a eleição de determinados diretores da Companhia, bem como os reflexos correspondentes na remuneração da administração, a remuneração global dos administradores da Companhia efetivamente reconhecida no exercício social de 2018 somou R$ 5.882.340,84.

Dessa forma, propõe-se a rerratificação da remuneração global da administração da Companhia durante o exercício social de 2018 para R$ 5.882.340,84, distribuídos da seguinte forma entre os órgãos da administração: (i) R$ 230.773,33 para o Conselho de Administração; (ii) R$ 549.892,12 para o Conselho Fiscal; e (iii) R$ 5.101.675,39 para a Diretoria.

3. Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:

A Administração informa que a participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral, ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da ICVM 481/09.

Para participar na Assembleia presencialmente ou por meio de procurador, os acionistas deverão apresentar à Companhia, nos termos do Artigo 12 do seu Estatuto Social, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,

os seguintes documentos: (i) comprovante de titularidade de suas ações, expedido pela instituição depositária das ações escriturais até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, contendo a respectiva participação acionária, devendo tal documento ter sido expedido no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais deverão ser reconhecidas em cartório, por semelhança ou autenticidade.

Todos os documentos provenientes do exterior deverão ser notarizados e consularizados, ou apresentados em forma de apostila, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada registrada em cartório de títulos e documentos.

O modelo do Boletim de Voto a Distância e as orientações gerais para os acionistas que optarem por essa modalidade de manifestação do voto encontram-se no Anexo IV desta proposta.

A Administração informa que, caso um acionista deseje incluir candidatos para eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá solicitar a inclusão correspondente no boletim de voto a distância com até, no máximo, 25 dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da ICVM 481/09. O acionista solicitante deverá fornecer, ainda, as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome, qualificação e curriculum profissional de cada um dos candidatos indicados, observado o disposto no art. 21-M, da ICVM 481/09. A solicitação e respectivos documentos deverão ser encaminhados à Companhia por meio de e-mail para ri@renovaenergia.com.br.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Roberto Caixeta Barroso

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2018, 2017 e 2016 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico ("SPEs") operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016, 2017 e 2018, a receita operacional líquida da Companhia foi R$483,1 milhões e R$734,1 milhões e R$709,8 milhões respectivamente. A receita é proveniente da venda da geração de energia elétrica dos parques eólicos (até julho de 2017) e das PCHs, bem como das operações de comercialização de energia.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes empreendimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento varia tipicamente entre 60% e 75% do total do investimento.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

(i) **2015**: (a) empréstimo ponte no BNDES para o Alto Sertão III no valor de R$ 700 milhões e desembolso parcial do mesmo; (b) renegociação de juros remuneratórios da debênture na holding no valor de R$500,0 milhões. (c) operação de alienação e permuta de ativos do Alto Sertão I (complexo Eólico com capacidade instalada de 294,4MW) e Espra (três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada) com a TerraForm Global. O fechamento da alienação dos projetos da Espra à TerraForm Global foi cancelado, conforme fato relevante publicado em 1 de abril de 2016.

(ii) **2016**: (a) desembolso do restante do empréstimo ponte do BNDES para o Alto Sertão III no valor de R$ 164,0 milhões (b) aumento de capital no primeiro semestre no montante total de R$ 280,0 milhões e em dezembro de 2016, abertura de um novo processo de aumento de capital (ainda em curso) no montante máximo de R$300,0 milhões; (c) Antecipação de contratos de energia no valor total de R$ 212,0 milhões;
(iii) 2017: (a) Conclusão do processo de aumento de capital totalizando R$ 112,8 milhões; (b) venda das ações da Terraform Global por US$ 92,8 milhões (R$ 305,8 milhões) e encerramento do processo de arbitragem mediante pagamento de US$15,0 milhões (R$48,6 milhões) à Renova; (c) venda do complexo Alto Sertão II pelo valor base de R$ 600 milhões (R$ 456 Milhões líquidos); (d) venda do Complexo de Umburanas e PPAs do mercado livre para a Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") pelo valor de R$ 16,9 milhões.

(iv) Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida total da Companhia era de 1.329,9 milhões, ao passo que atingiu R$1.268,6 milhões em 2017 e R$2.773,1 milhões em 2016, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foi de 17,5 1,63 e 1,42, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) em 31 de dezembro de 2018 era de 0,79 (0,08 em dezembro de 2017 e 0,04 em dezembro de 2016).

Tal evolução mostra que a Companhia vem sendo bem-sucedida em suas iniciativas para reequilibrar sua estrutura de capital. Tais como:

1. Revisão do Plano de Negócios. Em 2017, a Renova atuou de forma decisiva na revisão de seu plano de negócios. Com o intuito de minimizar a necessidade de capex no médio prazo, a Companhia ajustou seu portfólio de contratos, descontratando, permanentemente, os contratos LEN2012, LEN2013, aderindo ao MCSD, LER2014, por meio da participação no leilão reverso, e venda do complexo eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605MW, pelo valor de R$ 16,9 milhões, para a Engie Brasil Energia S.A., que também incluiu a cessão, a partir de 1º de julho de 2019, dos PPAs do ACL Light II, Mercado Livre II e III, que totalizam um volume de energia vendida de 165,2 MW médios. Desta forma, melhorando a posição de liquidez futura da Companhia.

2. Venda de Ativos: no dia 3 de julho de 2017, a Renova concluiu a venda para a Brookfield Asset Management dos 20,3 milhões de ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de US$ 92,8 milhões (R$ 305,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017. Também nesta data foi celebrado um acordo entre a Companhia e a TerraForm Global, no qual as partes concordaram em encerrar o processo de arbitragem, mediante pagamento à Renova de US$15,0 milhões (R$ 48,6 milhões). Em 3 de agosto de 2017, a Renova concluiu a venda do Complexo Eólico Alto Sertão II (386MW), pelo valor base de R$ 600 milhões (valor líquido recebido de R$ 456 milhões).

3. Readequação de estruturas organizacionais: o processo de reestruturação de processos internos e equipes iniciado em 2016 e conduzido ao longo de 2017 proporcionou uma redução do SG&A de R$

87,2 milhões para R$ 77,1 milhões (redução de 11,5%), entre os anos, chegando à R$ 65,8 milhõesm em 2018 A Companhia continua em constante busca de melhoria na eficiência operacional.

A Administração entende que, com o sucesso das medidas acima contribuirá para a retomada do equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos.

Fontes de recursos para investimentos (em R$ mil)	**2018**	**AV %**	**2017**	**AV %**	**2016**	**AV %**
Capital de terceiros[1]	412.256	122,78%	1.293.338	62,39%	2.808.882	58,95%
Capital próprio[2]	- 76.498	-22,78%	779.808	37,61%	1.955.598	41,05%
Total	335.758	100,00%	2.073.146	100,00%	4.764.480	100,00%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes consolidados excederam o total dos ativos circulantes consolidados no montante de R$457,7 milhões e o índice de liquidez corrente 79%, impactado principalmente pelo aumento das dívidas com partes relacionadas.

Além disso, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R$856,3 milhões, margem bruta negativa de R$124,4 milhões e prejuízos acumulados de R$3.050,9 bilhões e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir seus compromissos com terceiros.

Esse cenário se deve principalmente: i) às perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R$271.862 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R$150.630 e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R$319.578 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

d) Formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração de energia, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital e antecipação de contratos de energia. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e respectivas subholdings. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB, FINEP, Fundo Petros, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo de 2017, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e a única grande necessidade de recursos para investimentos em curso em ativos não-circulantes refere-se a conclusão do complexo eólico Alto Sertão III que deve ser equacionada com a liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES, dos créditos remanescentes do financiamento da FINEP.

Dado que o referido projeto é objeto de negociação da proposta de compra de ativos feita pela AES Tietê S.A. S.A., se concluída a transação, a ofertante irá assumir os financiamentos correntes e os investimentos necessários à conclusão do projeto.

Para financiamento de capital de giro a companhia conta com o recebimento de dividendos da BRPCH e Espra (controladas), de recursos oriundos de contratos de antecipação da venda de energia e, eventualmente, com recursos da venda dos ativos atualmente em negociação.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra o saldo dos empréstimos e financiamentos consolidado da Companhia nos respectivos exercícios:

Contrato	Taxa[2]	Em 31 de dezembro de (em R$ mil) 2018	2017	2016
BNDES (subcrédito social) (AS II)	TJLP	-	-	4.941
BNDES Renova Eólica (AS II)	TJLP + 2,88%	-	-	708.536
BNDES Renova Eólica (AS II)	TJLP + 2,60%	-	-	261.979
Debêntures 1ª Série - Renova Eólica (AS II)	IPCA + 7,60% a.a.	-	-	174.457
Debêntures (3ª emissão)	143% CDI	-	-	504.216
BNDES - Ponte (AS III)	TLP+9,00% / 2,50% / TJ6+8,28% a.a.	935.590	885.786	800.579
Finep - CEOL Itaparica (AS III)	3,5% a.a.	10.171	12.171	14.172
BNB	9,5% a.a. (8,08%a.a.)*	70.688	77.788	84.464
Banco Daycoval	1,60% a.m.	-	6.685	7.708
Citibank	100% CDI + 4,5%	171.333	150.545	122.337
BTG Pactual	100% CDI + 7,4%	170.235	143.256	125.655
Banco Modal	100% CDI + 6%	19.446	17.262	14.578
Total do endividamento[1]		**1.377.463**	**1.293.493**	**2.823.622**
Custo de captação		- 131	- 155	- 14.740
Transf. Ativos mantidos para venda		- 965.076	-	-
Endividamento líquido dos custos		**412.256**	**1.293.338**	**2.808.882**

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

2: Taxas atuais referentes aos financiamentos na data base de 31/12/2018.

3: A partir de 15 de janeiro de 2018, indexador "TJLP" foi substituído pela "TLP".

Resumo dos contratos (valores em R$ mil)

(a) BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R$163.963. Conforme aditivos do contrato, o empréstimo ponte deverá ser quitado em 15 de abril de 2019 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

(b) Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R$150.022), o penhor de ações (R$127.366), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R$414.355 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R$10.866, em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(c) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2018, o montante liberado foi de R$14.149.

São garantias deste financiamento cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

(d) Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 15 de março de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 15 de agosto de 2018, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 13 de novembro de 2015, a Companhia assinou Instrumento Particular de Confissão de Dívida com o Banco Daycoval S.A., no valor de R$14.999. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um aditivo ao Acordo Judicial para pagamento do saldo da dívida em 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de juros remuneratórios de 1,6% a.m., com a 1ª parcela paga em 16 de abril de 2018. Esse empréstimo foi quitado em 20 de dezembro de 2018.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa operação tem a Renova Comercializadora e Chipley como avalistas. Conforme divulgado na Nota 1.3, a Companhia está negociando com o Citibank a prorrogação do prazo de vencimento, condições de pagamento e garantias.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, respectivamente, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R$54.228 e R$89.323, respectivamente. Ambos remunerados a 100% do CDI acrescida de spread de 7,4% a.a. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo BTG. Essa operação tem como garantia, alienação fiduciária de 35,18% das ações da Chipley e cessão fiduciária de 50,40% de todos e quaisquer dividendos decorrentes da participação na Brasil PCH S.A. Em 03 de dezembro de 2018 o BTG Pactual penhorou as ações de emissão da Chipley (nota 12.5). Conforme divulgado na Nota 1.3, a Companhia está negociando com o BTG a prorrogação do prazo de vencimento, condições de pagamento e garantias.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (em R$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	1.305.718	29.821	18.079	23.845	1.377.463
Garantia quirografária	871.869	455.673	-	-	1.327.542
Total	2.177.587	485.494	18.079	23.845	2.705.005

Das dívidas que a Companhia possuía ao fim do exercício de 2018, a única que não apresentava garantia real era o empréstimo junto ao banco Modal no valor de R$ 19,4 milhões, com vencimento em 15 de março de 2019..

Ao fim de 2018, 94% da dívida da Companhia estava alocada no curto prazo, devido principalmente ao empréstimo ponte do BNDES (R$ 935,6 milhões) referente ao Complexo de Alto Sertão III.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") e a Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), em 30 de junho de 2006 ("Contrato BNB-Espra").

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada "Conta Reserva", cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme

previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. ("Contrato FINEP") em 13 de dezembro de 2013.
O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A., e da alienação dos ativos dados em garantia na operação de financiamento.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 ("Contrato Ponte ASIII-Fase A").

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs). Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Empréstimo ponte celebrado com o BNDES em dezembro de 2014, no valor de R$700,0 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão III, foram desembolsados R$500,0 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em fevereiro de 2016, foram liberados mais R$163,0 milhões de reais.

Contrato de financiamento celebrado com a FINEP em dezembro de 2013, no valor total de R$108,0 milhões, destinado à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica, foram desembolsados R$14,1 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Variação
	2018	2017	AV	2018 x 2017
RECEITA LÍQUIDA	709,8	734,1	100,0%	-3,3%
CUSTOS DOS SERVIÇOS				
Custo com compra de energia	(815,1)	(622,8)	-84,8%	30,9%
Custo de Operação	(8,9)	(32,3)	-4,4%	-72,4%
Depreciações	(9,5)	(10,0)	-1,4%	-5,0%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(0,7)	(11,5)	-1,6%	-93,5%
Total	(834,3)	(676,6)	-92,2%	23,3%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(124,5)	57,5	7,8%	n.a
RECEITA (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	(129,0)	(119,9)	-16,3%	7,6%
Depreciações e amortizações	(1,9)	(2,2)	-0,3%	-13,0%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(150,2)	(786,5)	-107,1%	-80,9%
Outras receitas (despesas) líquidas	(177,2)	(33,1)	-4,5%	435,3%
Total	(458,3)	(941,7)	-128,3%	-51,3%
Resultado de equivalência patrimonial	48,7	71,5	9,7%	-31,9%
Perda na alienação de ativos	-	(147,7)	-20,1%	n.a
Ganho com investimento	-	172,2	23,5%	n.a
Total	48,7	96,0	13,1%	-49,3%
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	(534,1)	(788,2)	-107,4%	-32,2%
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	3,2	12,2	1,7%	-74,0%
Despesas Financeiras	(319,6)	(470,1)	-64,0%	-32,0%
Total	(316,4)	(457,9)	-62,4%	-30,9%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(850,5)	(1.246,1)	-169,7%	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5,9)	(14,7)	-2,0%	-59,6%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,2	121,3	16,5%	-99,9%
Total	(5,8)	106,7	14,5%	n.a
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(856,3)	(1.139,4)	-155,2%	-24,9%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$709,8 milhões, representando uma redução de R$24,3 milhões ou 3,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no qual foi registrada receita operacional líquida de R$734,1 milhões. Com a venda do Complexo Eólico em agosto de 2017, a Companhia deixou de reconhecer receita de geração eólica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 as PCHs da Companhia contribuíram com R$33,5 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R$ 676,3 milhões, apresentando um aumento de 10,4% em relação ao exercício de 2017.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção dos parques eólicos (até agosto de 2017) e PCHs e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos gerenciáveis totalizaram R$823,9 milhões, um aumento de 25,8% em relação aos R$655,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O principal fator para o aumento foi a compra de energia para revenda, que totalizou R$815,1 milhões em 2018 comparado ao valor de R$622,8 milhões em 2017. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizam R$8,9 milhões no ano, ou seja, redução de 72,4% em comparação ao ano de 2017, principalmente devido à redução de R$20,4 milhões na linha de serviços de terceiros.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD"), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST"), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos não gerenciáveis totalizaram R$747 mil, uma redução de 93,5% quando comparado aos R$11,5 milhões do exercício social encerado em 31 de dezembro de 2017. A redução refere-se à venda dos parques Alto Sertão II em agosto de 2017.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a depreciação das PCHs e torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R$9,5 milhões (R$10 milhões, em 2017).

Despesas

No ano de 2018, as despesas totalizaram R$ 458,3 milhões, representando uma redução de R$483,4 milhões em relação ao ano de 2017. O SG&A reduziu R$11,3 milhões, representando um decréscimo de 14,7% em relação ao ano de 2017.

As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

- Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: impairment relacionado ao do projeto Alto Sertão III no valor de R$ 150,2 milhões.

- Contingências cíveis e trabalhistas: R$ 64,6 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.

- Indenizações contratuais: indenização a ser paga as partes relacionadas CEMIG e Lightcom, no montante de R$66,6 milhões, referente a (i) suspenção do contrato de venda e (ii) cessão dos contratos de compra.

- Taxas regulatórias: gasto de R$23,4 milhões referente as tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.

- Contrato oneroso: R$43,5 milhões, provisão constituída considerando que os preços estabelecidos nos contratos de venda são inferiores aos preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI.

- Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins: de R$20,9 milhões referente a provisão constituída considerando a incerteza na realização dos créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia mensura seu investimento na participação societária da Brasil PCH (51%) utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

No ano de 2018, a Brasil PCH apresentou um lucro líquido de R$166,7 milhões (R$211,3 milhões, em 2017) impactado substancialmente por: (i) aumento das despesas financeiras no exercício, principalmente em função da variação do IGP-M (em 2018 +7,54% e em 2017 -0,52%) sobre os empréstimos e financiamentos e do pagamento de penalidade contratual na quitação antecipada de contrato com a Fundação Petros no montante de R$6.862; (ii) reversão da provisão relacionada a contrato oneroso da Brasil PCH em 2018 menor que a realizado em 2017; e (iii) aumento das despesas gerais e administrativas em função, principalmente, da baixa do valor residual (R$3.642) das subestações e dos pontos de conexão transferidos para as distribuidoras, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº506/2012.

O efeito do resultado desse investimento no resultado consolidado da Companhia está apresentado a seguir:

Renova (51% Brasil PCH)	2018	2017
Equivalência patrimonial	84.989	107.768
Amortização da mais valia	-36.303	-36.303
Resultado	48.686	71.465

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$316,4 milhões (R$457,9 milhões, em 2017). A redução entre os dois exercícios está relacionada a transferência das dívidas relacionadas ao Complexo Eólico Alto Sertão II em agosto de 2017 e quitação das Debêntures da Companhia.

Em 2018 o resultado financeiro negativo foi impactado pelos encargos da dívida (R$162,2 milhões), juros com fornecedor (R$45 milhões), juros com partes relacionadas (R$62,2 milhões) e fiança bancária (R$32,6 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo

da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram em R$ 5,8 milhões, em comparação a um crédito de R$ 106,7 milhões no ano anterior.

Prejuízo do exercício

Em 2018, a Companhia registrou prejuízo de R$856,3 milhões, ante ao prejuízo de R$ 1.139,5 milhões no ano anterior. O resultado de 2018 foi impactado principalmente pelas i) perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R$271,9 milhões para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R$150,6 milhões e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R$319,6 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			
	2017	**2016**	**AV**	Variação **2017 x 2016**
RECEITA LÍQUIDA	**734,1**	**483,1**	**100,0%**	**51,9%**
CUSTOS DOS SERVIÇOS				
Depreciações	(10,0)	(93,5)	-1,4%	-89,3%
Custo de Operação	(655,2)	(342,0)	-89,2%	91,6%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(11,5)	(18,2)	-1,6%	-36,7%
Total	(676,7)	(453,6)	-92,2%	49,2%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	**57,4**	**29,5**	**7,8%**	**94,5%**
RECEITA (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	(153,0)	(77,7)	-20,8%	96,9%
Depreciações e amortizações	(2,2)	(2,5)	-0,3%	-13,4%
Total	(155,2)	(80,2)	-21,1%	93,4%
Resultado de equivalência patrimonial	71,5	(5,0)	9,7%	n.a
Perda na alienação de ativos	(147,7)	-	-20,1%	-
Ganho (perda) com investimento	172,2	(455,4)	23,5%	-
Outras receitas	-	20,4	0,0%	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(786,5)	(261,7)	-107,1%	200,5%
Total	(690,6)	(701,8)	-94,1%	-1,6%
PREJUÍZO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	**(788,3)**	**(752,5)**	**-107,4%**	**4,8%**
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	12,2	16,2	1,7%	-24,6%
Despesas Financeiras	(470,1)	(418,8)	-64,0%	12,3%
Total	(457,9)	(402,6)	-62,4%	13,7%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(1.246,2)**	**(1.155,1)**	**-169,8%**	**7,9%**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(14,7)	(12,0)	-2,0%	22,8%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	121,3	65,6	16,5%	85,0%
Total	106,7	53,6	14,5%	98,9%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.139,5)**	**(1.101,5)**	**-155,2%**	**3,5%**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$734,1 milhões, representando um aumento de R$251,0 milhões ou 51,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, no qual foi registrada receita operacional líquida de R$483,1 milhões. A variação foi causada principalmente pelo aumento na receita proveniente da comercialização de energia, devido principalmente ao aumento no PLD no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os projetos de fonte eólica contribuíram com R$85,6 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia contribuíram com R$36,2 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R$ 612,3 milhões, apresentando um aumento de 99,1% em relação ao exercício de 2016.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos gerenciáveis totalizaram R$655,2 milhões, um aumento de 91,6% em relação aos R$342,0 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O principal fator para o aumento foi a compra de energia para revenda, que totalizou R$ 622,8 milhões em 2017 comparado ao valor de R$ 295,6 milhões em 2016. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizam R$32,4 milhões no ano, ou seja, redução de 30,3% em comparação ao ano de 2016, principalmente devido à redução de R$7,2 milhões na linha de serviços de terceiros.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD"), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST"), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos não gerenciáveis totalizaram R$11,5 milhões, uma redução de 36,7% ou R$6,7 milhões quando comparado aos R$18,2 milhões do exercício social encerado em 31 de dezembro de 2016. A redução refere-se principalmente à venda dos parques Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a depreciação totalizou R$10,0 milhões, redução de 89,3% ou R$93,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução se deve principalmente à venda do parque dos parques Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2017, as despesas administrativas totalizaram R$ 864,7 milhões, representando um aumento de R$ 525,3 milhões em relação ao ano de 2016. Este número, porém, é fortemente afetado

por eventos não recorrentes de efeito apenas contábil. Porém, se consideramos apenas o SG&A (excluindo-se as linhas não recorrentes), as despesas administrativas totalizaram R$ 77,1 milhões, representando um decréscimo de 11,5% em relação ao ano de 2016. As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

- Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: efeito contábil decorrente do reconhecimento do impairment do projeto Alto Sertão III no valor de R$ 604,9 milhões e do projeto Graúna no valor de R$ 181,1 milhões.
- Contingências cíveis e trabalhistas: R$ 24,9 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.
- Projetos descontinuados: R$ 21,9 milhões devido principalmente à descontinuação dos seguintes projetos da Companhia: Inventário Rio Balsas (R$ 10,7 milhões), Novas Tecnologias (R$ 7,9 milhões) e LER 2014 - Solar (R$ 2,1 milhões).
- Indenizações contratuais: indenização a ser paga a Light, no valor de R$ 71,1 milhões, referente às novas condições comerciais do aditivo ao PPA Light I, para atender exigências feitas pelo BNDES, financiador do projeto.
- Perdão de dívida com fornecedor: perdão de dívida concedido por fornecedor às empresas do Alto Sertão III no valor de R$ 61,1 milhões, líquidos de impostos.
- Penalidades contratuais e regulatórias: referentes a penalidades aplicadas pela ANEEL em decorrência (i) da revogação da outorga de Umburanas, no valor de R$3,9 milhões, (ii) do cancelamento da outorga de determinados parques, no valor de R$5,9 milhões e (iii) de autos de infração pelo atraso na implantação e envio de relatórios no valor de R$ 334 mil.
- Taxas regulatórias: gasto de R$ 6,3 milhões devido ao pagamento das tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.
- Multa sobre ressarcimento: aumento de R$ 5,0 milhões (40,8%) devido principalmente à contabilização da multa de não geração de energia dos parques do LER 2013 e LER 2014, ambos atrasados.

Em 2015, a Renova deu início a um plano de reestruturação dos gastos com despesas gerais e administrativas da Holding com o objetivo de readequar os gastos frente o atual momento que a Companhia vive. A Companhia reduziu seu *headcount* de 351 funcionários em dezembro de 2015 para 145 em dezembro de 2017 .

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

No ano de 2017, a Brasil PCH teve lucro líquido de R$211,3 milhões. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano a amortização da mais valia contabilizada foi de R$36,3 milhões na Chipley.

Na Renova, o efeito da aquisição é conforme abaixo:

Renova (51% Brasil PCH)	**2017**
Equivalência patrimonial	107.768
Amortização da mais valia	(36.303)
Resultado	**71.465**

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$457,9 milhões. A variação em relação aos R$ 402,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de 13,7% ou R$ 55,3 milhões, foi decorrente principalmente ao aumento das despesas financeiras.

As receitas financeiras em 2017 foram de R$ 12,1 milhões, 24,6% menores do que as receitas do ano anterior devido, principalmente, ao menor saldo médio de valores depositados em *escrow accounts* durante o ano.

As despesas financeiras aumentaram 12,3% em relação ao ano de 2016 principalmente em função do aumento das taxas de juros de empréstimos e financiamentos, reconhecimento de juros da dívida com fornecedores e contabilização de juros referentes à antecipação de contrato de energia com parte relacionada.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram um crédito de R$ 106,7 milhões, em comparação a um crédito de R$ 53,6 milhões no ano anterior.

Lucro líquido

Em 2017, a Renova registrou prejuízo líquido de R$ 1.139,5 milhões, ante ao prejuízo líquido de R$1.101,5 milhões no ano anterior. O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do impairment do Complexo Alto Sertão III e projeto Zeus, além do aumento dos custos com compra de energia para cobrir as necessidades de energia dos contratos vigentes.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

ATIVOS	2018	2017	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	14.929	24.750	-39,68%
Aplicações financeiras	13.778	-	n.a
Contas a receber de clientes	8.210	44.611	-81,60%
Tributos a recuperar	4.482	14.400	-68,88%
Dividendos a receber	9.180	33.219	-72,37%
Adiantamentos a fornecedores	2.491	2.327	7,05%
Outros créditos	869	8.033	-89,18%
	53.939	127.340	-57,64%
Ativos classificados como mantidos para venda	1.683.768	16.198	10294,91%
Total dos ativos circulantes	**1.737.707**	**143.538**	**1110,63%**
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	7.864	7.789	0,96%
Cauções e depósitos vinculados	10.866	11.361	-4,36%
Tributos diferidos	1.773	1.442	22,95%
Depósitos judiciais	20.818	21.384	-2,65%
Outros créditos	6.214	6.129	1,39%
Investimentos	603.747	685.362	-11,91%
Imobilizado	239.396	2.052.332	-88,34%
Total dos ativos não circulantes	**890.678**	**2.785.799**	**-68,03%**
TOTAL DOS ATIVOS	**2.628.385**	**2.929.337**	**-10,27%**

PASSIVOS	2018	2017	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	48.531	259.377	-81,29%
Empréstimos e financiamentos	348.669	1.212.702	-71,25%
Tributos a recolher	5.373	18.467	-70,90%
Salários, encargos e férias a pagar	8.625	8.133	6,05%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	13.114	46.222	-71,63%
Outras contas a pagar	151.136	77.057	96,14%
Partes relacionadas	283.472	84.964	233,64%
Provisão para contrato oneroso	37.022	-	n.a
Provisão para custos socioambientais	1.014	1.014	-
	896.956	1.707.936	-47,48%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	1.298.415	43.000	2919,57%
Total de passivos circulantes	**2.195.371**	**1.750.936**	**25,38%**
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	-	25.220	n.a
Empréstimos e financiamentos	63.587	80.636	-21,14%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	20.664	522	3858,62%
Partes relacionadas	337.548	265.236	27,26%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	81.259	26.979	201,19%
Provisão para contrato oneroso	6.445	-	n.a
Total dos passivos não circulantes	**509.503**	**398.593**	**27,83%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.960.776	2.960.776	n.a
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	55.379	55.379	n.a
Prejuízos acumulados	(3.050.887)	(2.194.590)	39,02%
Total do patrimônio líquido	**(76.489)**	**779.808**	**n.a**
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.628.385**	**2.929.337**	**-10,27%**

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo circulante era de R$1.737,7 milhões (66% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R$143,5 milhões (5% do ativo total). Essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III todos os ativos relacionados a esse projeto são apresentados em uma única conta do balaço denominada ativos mantidos para venda, conforme norma contábil (IFRS 5/CPC 31).

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo não circulante era de R$890,7 milhões (34% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2017 de R$2.785,8 milhões (95% do ativo

total). Conforme esclarecido, essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo circulante era de R$2.195,3 milhões, representando um aumento de R$444,4 milhões ou 25,4% em comparação com 31 de dezembro de 2017, quando o mesmo saldo era de R$1.750,9 milhões.

Esse aumento se deve principalmente a dívida com partes relacionadas que totalizou R$418,8 em 2018. Os recursos recebidos foram utilizados para compra de energia e manutenção das atividades da Companhia.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo não circulante era de R$509,5 milhões, aumento de R$110,9 milhões ou 27,83% em comparação com 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R$76,5 milhões negativos em função do prejuízo acumulado.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

ATIVOS	**2017**	**2016**	**Var**
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	24.750	35.786	-30,84%
Contas a receber de clientes	44.611	49.138	-9,21%
Tributos a recuperar	14.400	9.453	52,33%
Cauções e depósitos vinculados	-	33.510	n.a
Dividendos a receber	33.219	-	n.a
Adiantamentos a fornecedores	2.327	3.005	-22,56%
Outros créditos	8.033	4.968	61,69%
	127.340	135.860	-6,27%
Ativos classificados como mantidos para venda	16.198	-	
Total dos ativos circulantes	**143.538**	**135.860**	**5,65%**
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	7.789	-	n.a
Contas a receber - CCEE	-	2.500	n.a
Depósitos judiciais	21.384	-	n.a
Cauções e depósitos vinculados	11.361	87.836	-87,07%
Tributos diferidos	1.442	5.069	-71,55%
Outros créditos	6.129	140	4277,86%
Investimentos	685.362	947.027	-27,63%
Imobilizado em serviço	173.783	1.807.479	-90,39%
Imobilizado em curso	1.878.549	2.915.225	-35,56%

Total dos ativos não circulantes	**2.785.799**	**5.765.276**	**-51,68%**
TOTAL DOS ATIVOS	**2.929.337**	**5.901.136**	**-50,36%**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2017**	**2016**	**Var**
CIRCULANTES			
Fornecedores	259.377	546.911	-52,57%
Empréstimos e financiamentos	1.212.702	2.045.371	-40,71%
Debêntures	-	670.173	n.a
Tributos a recolher	18.467	20.698	-10,78%
Salários, encargos e férias a pagar	8.133	8.372	-2,85%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	46.222	51.149	-9,63%
Outras contas a pagar	77.057	1.687	4467,69%
Partes relacionadas	84.964	-	n.a
Provisão para custos socioambientais	1.014	2.540	
	1.707.936	**3.346.901**	**-48,97%**
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	43.000	-	n.a
Total de passivos circulantes	**1.750.936**	**3.346.901**	**-47,68%**
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	25.220	27.703	-8,96%
Empréstimos e financiamentos	80.636	93.338	-13,61%
Tributos diferidos	-	121.583	n.a
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras/Distribuidoras	522	46.391	-98,87%
Partes relacionadas	265.236	73.722	259,78%
Adiantamentos de clientes	-	229.053	n.a
Provisão para custos socioambientais	-	5.387	n.a
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26.979	1.460	n.a
Total de passivos não circulantes	**398.593**	**598.637**	**-33,42%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.960.776	2.898.012	2,17%
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	55.379	55.379	n.a
Prejuízos acumulados	(2.194.590)	(1.055.055)	108,01%
Outros resultados abrangentes	-	99.019	n.a
Total do patrimônio líquido	**779.808**	**1.955.598**	**-60,12%**
TOTAL DOS PASSIVOS	**2.929.337**	**5.901.136**	**-50,36%**

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ativo circulante era de R$143,5 milhões (4,9% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R$135,9 milhões (2,3% do ativo total, representando um aumento de 5,7% ou R$7,7 milhões). Houve uma redução de R$11,0 milhões ou 30,8% em 31 de dezembro de 2017 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2016.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ativo não circulante era de R$2.785,8 milhões (95,1% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2016 de de R$5.765,3 milhões (97,7% do ativo total), o que representa uma redução de R$2.979,5 milhões ou -51,7%.

A principal variação no saldo total, foi a variação nas contas de 'Imobilizado em curso' e 'Imobilizado em serviço', apresentando uma redução de R$ 2.670,4, principalmente devido à transferência do Complexo de Alto Sertão II para a AES e ao *impairment* (redução ao valor recuperável dos ativos) dos ativos do Complexo de Alto Sertão III e do projeto Graúna.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de passivo circulante era de R$1.750,9 milhões, representando uma redução de R$1.596,0 milhões ou 47,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando o mesmo saldo era de R$3.346,9 milhões.
Esta redução se deve principalmente à venda do Complexo Alto Sertão II para a AES, que também assumiu a dívida do Complexo (R$ 1.122 milhões), e da quitação do saldo remanescente da 3ª Emissão de Debêntures da Holding (R$ 365 milhões) com o Banco do Brasil.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de passivo não circulante era de R$398,6 milhões, redução de R$200,0 milhões ou 33,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R$ 779,8 milhões e a variação em relação ao ano anterior (R$1.175,8 milhões) foi a combinação dos prejuízos acumulados em 2017 com a linha de outros resultados abrangentes.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida foi de R$709,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$734,1 milhões e R$483,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No ano de 2018, assim como em 2017, a Companhia teve sua receita do segmento de comercialização de energia como a mais representativa no seu consolidado, com um aumento de R$64 milhões em relação ao ano de 2017, a receita e totalizou R$676,3 milhões. A receita proveniente de PCHs somou R$33,5 milhões, uma redução de 7,4% devido ao reconhecimento dos efeitos da geração.

A linha de custo mais relevante no resultado operacional de 2018, assim como em 2017, foi o custo com compra de energia. No ano de 2018, os custos gerenciáveis somaram R$824 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R$815 milhões comparado ao valor de R$622,8 milhões em 2017. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R$8,9 milhões no ano, ou seja, redução de 72,4% em comparação ao ano de 2017. No ano 2017, os custos gerenciáveis somaram R$655,2 milhões, custos de compra de energia de R$622,8 milhões comparado ao valor de R$295,6 milhões em 2016.

Com relação a despesas, o resultado de 2018 foi afetado principalmente pelo reconhecimento: (i) do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III no valor total de R$150,2 milhões, (ii) provisão para contingências cíveis e trabalhistas, no valor de R$ 64,6 milhões e (iii) provisão para contrato oneroso, no valor de R$43,5.

O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III e do projeto Graúna (ex-Zeus) no valor total de R$ 786 milhões.

No ano de 2016, a receita do segmento de comercialização de energia totalizou R$307,6 milhões enquanto a receita proveniente da geração dos parques eólicos foi de R$137,8 milhões.

Outro fator relevante no resultado operacional de 2016, foi o custo com compra de energia. No ano 2016, os custos gerenciáveis somaram R$342,0 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R$295,6 milhões. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R$46,4 milhões.

Em 2016, a Renova efetuou a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa real de desconto usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 7,95% ao ano nos parques do Alto Sertão III – Fase A e Projeto PPA Cemig. A revisão resultou no reconhecimento de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R$261,7 milhões reconhecida no resultado.

No exercício social de 2016, a Renova registrou um valor negativo de R$ 455,4 milhões na linha de "Perda no Investimento" em decorrência da desvalorização de 29,1% das ações da TerraForm Global de 29,1% (US$ 3,95 em 2016 vs. US$ 5,59 em 2015). Também em 2016 foi reconhecido no resultado o montante de R$63,0 milhões relativo a perda pela extinção da opção de compra e venda de 7 milhões de ações da TerraForm Global.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação
A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros
O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R$ 316,4 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R$ 457,9 milhões,

Taxa de Câmbio
Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é negociada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação
A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$78,0

milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia.
Atualmente, a Companhia e as SPEs do Complexo Alto Sertão III adotam o regime de tributação do lucro real. Já as controladas operacionais Brasil PCH e Espra adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal "Desenvolve" (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior ou (ii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC, no caso específico do setor de energia elétrica é o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) que concede a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição de serviços e equipamentos (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R$5,8.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R$ 5,8 milhões, uma redução de 69% se comparado ao crédito de R$ 106,5 milhões de 2017.

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

○

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2018 não ouve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2017 a Companhia alienou as seguintes participações:

i) Ações TerraForm

Em 15 de maio de 2017, a Companhia e a Brookfield Asset Management, por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”). O preço total de aquisição das ações foi de R$305.766
(US$ 92,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017.

ii) Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R$100.000 sob a forma de earn out, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

iii) Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas (LEN 2013 (A-5) e LEN 2014 (A-5)) com a Engie Brasil Energia S.A. (“Engie”), por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O preço base total de venda das ações das sociedades que integram o Complexo foi de R$15.000. Conforme previsto no 1º Aditivo e Termo de fechamento ao referido contrato, as partes ajustaram o preço de venda para R$16.938 decorrente do acordo para pagamento de 50% do valor da multa aplicada pela ANEEL pelo cancelamento de 4 outorgas deste mesmo complexo (vide nota 22).

No exercício de 2016 não ouve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1o de janeiro de 2018 ou após esta data.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.

O relatório dos auditores independentes emitido pela EY relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$ 457.664 mil no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo naquela data de R$ 856.297 mil, margem bruta negativa de R$ 124.440 mil, prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R$ 3.050.887 mil e passivo a descoberto de R$76.489 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

"Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 19.1 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de

investigação interna e conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia possui autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 13.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos

incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.8.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 13.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1o de janeiro de 2018 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº47 – Receita de Contrato com cliente (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia e suas controladas concluíram, com base em seus critérios de classificação, reconhecimento e mensuração descritos na nota 2.3.4, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia e suas controladas avaliaram que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 (CPC 48).

a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.
Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas avaliaram os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com a IFRS 16, optaram por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.
Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) para estudo de viabilidade de projetos, bem como para construção e/ou operação de instalações de geração de energia eólica (Parques Eólicos).

Foram identificados 2.177 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma, sendo 1.944 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 215 aos parques eólicos em construção e 13 às PCHs em operação e 5 a aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas esperam reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante entre R$33.502 e R$40.946.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas:

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro,

ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- IFRS 9: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima.

10.6. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
iv. contratos de construção não terminada;
v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;
Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;
Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.
Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos do Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Investimento (em R$ milhões)	23.414	-817.225*	392.167

Em 2017, o valor de investimento é negativo (geração de caixa pelas atividades de investimentos), devido principalmente ao recebimento por vendas de ativos, no valor de R$ 778,7 milhões, e ao resgate de *escrow accounts*, no valor de R$ 60,8 milhões. Excluindo-se esses valores, o valor de investimento seria de R$ 22,4 milhões.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linhas de financiamento, na modalidade Project Finance contratadas junto a bancos de fomento, além de outras dívidas via mercado de capitais, dentre outras. Em 2015 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III e dívidas de curto prazo para capital de giro com bancos comerciais para Holding. O empréstimo ponte será quitado na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo ou eventual alienação do projeto para terceiros.

Além

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Complexo de Alto Sertão III

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aceitou a nova proposta vinculante, apresentada pela AES Tietê, para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III.

A Operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve a aquisição de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 - Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: (a) nome; (b) data de nascimento; (c) profissão; (d) CPF ou número do passaporte; (e) cargo eletivo ocupado; (f) data de eleição; (g) data da posse; (h) prazo do mandato; (i) outros cargos ou funções exercidas no emissor; (j) se foi eleito pelo controlador ou não; (k) se é membro independente e, em caso positivo, qual o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; (l) número de mandatos consecutivos.

Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração	
Nome	Daniel Alves Ferreira
Data de nascimento	06.02.1972
Profissão	Advogado
CPF ou número do passaporte	205.862.458-04
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Efetivo (interino)
Data de eleição	13.12.2018 (eleição em reunião do Conselho de Administração, para mandato interino)
Data da posse	13.12.2018 (eleição em reunião do Conselho de Administração, para mandato interino)
Prazo do mandato	Até a primeira assembleia geral subsequente à eleição, nos termos do art. 150, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não
Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Se é membro independente	Não
Número de mandatos consecutivos	0

12.5(m) - Informações sobre: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i.i) o grupo econômico do emissor ou (i.ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do

emissor (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Candidato	Informações
Daniel Alves Ferreira	Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Paulista – UNIP de São Paulo, atuante desde 1996. Conselheiro de Administração na CEMIG, CEMIG Distribuidora e CEMIG Geração e Transmissão, de 2016 a 2018. Membro do Comitê de Governança Corporativa a da CEMIG, em 2018. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A. e da Madeira Energia S.A., a partir de 2019. Membro do Conselho Fiscal da Petrobras, de 2018 a 2019.

12.5(n) - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não ocorreram eventos relacionados a qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, relacionados ao candidato indicado ao Conselho de Administração nesta proposta, nos últimos cinco anos.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Candidato	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão	% de participação do membro nas reuniões realizadas
Daniel Alves Ferreira	3 (*o número de reuniões diz respeito àquelas realizadas após a eleição do*	100,00% (*percentual determinado com relação às reuniões realizadas*

	candidato para o cargo de conselheiro interino)	*após a eleição do candidato para o cargo de conselheiro interino*)

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

O candidato ao cargo de conselheiro de administração não participou de comitês, estatutários ou não, da Companhia.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

O candidato ao cargo de conselheiro de administração não participou de comitês, estatutários ou não, da Companhia.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor, (b) i. administradores do emissor e ii. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor (c) i. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e ii. controladores diretos ou indiretos do emissor (d) i. administradores do emissor e ii. administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre o candidato ao cargo de conselheiro de administração da Companhia e: (i) outros administradores da Companhia; (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) controladores, diretos ou indiretos, da Companhia; ou (iv) administradores de seus controladores, diretos ou indiretos.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso

seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração	
Nome	Daniel Alves Ferreira
CPF do Administrador	205.862.458-04
Tipo de Pessoa Relacionada	Controlador Direto – Controlador Indireto
Tipo de Relação do Administrador com a Pessoa Relacionada	Controle
Nome da Pessoa Relacionada	Conselheiro de Administração na CEMIG e CEMIG Geração e Transmissão
CNPJ da Pessoa Relacionada	06.981.176/0001-58, 17.155.730/0001-64 e 06.981.180/0001-16
Cargo do Administrador na Pessoa Relacionada	Membro do Conselho de Administração (2016-2018) e membro do Comitê de Governança Corporativa (2018)

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados ao interesse social e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

A Companhia não possui política de remuneração formalmente aprovada por órgão da administração estatutária.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Diretoria

A remuneração da Diretoria, estatutária e não estatutária, é formada pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa mensal, com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável, incluindo o pagamento de bônus, bem como de participação nos lucros e resultados, em determinados exercícios sociais, que tem por objetivo incentivar o aumento de produtividade dos diretores com cumprimento de metas, a fim de possibilitar o crescimento da Companhia; (iii) benefícios pós-emprego; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo, ambos tendo por objetivo atrair profissionais capacitados para aumento da geração de valor da Companhia; e (v) remuneração baseada em ações nos termos do plano de opção de compra de ações da Companhia aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2010 ("Plano de Opção"), com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011, em fase de descontinuação (i.e., o Programa atualmente não contempla nenhum beneficiário não abrangerá novos participantes), e Programa 2013.

Além das remunerações fixa e variável, os Diretores são elegíveis a receber os seguintes benefícios: assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio acomodação e passagens aéreas

(se necessário, em caso de realocação geográfica), reembolso de previdência privada para os diretores estatutários (em determinados casos), estacionamento e vale refeição.

Comitês

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês, estatutários ou não estatutários.

Conselho de administração

Os membros do Conselho de Administração que não foram indicados pelos controladores passaram a receber remuneração fixa mensal no exercício de 2018, exceto aqueles que renunciarem voluntariamente a esta remuneração. Porém tais membros não são elegíveis aos benefícios da Companhia acima mencionados. Os demais membros do Conselho de Administração (i.e., aqueles indicados pelos controladores) continuaram a não ser remunerados e também não são elegíveis a receber benefícios.

Conforme previsto no item 1.2 do Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes do referido Plano. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria é levada para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, tratando-se de um caso omisso e passível de conflito de interesse, caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao referido Conselho consultar a Assembleia Geral, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção.

Ainda, a Companhia esclarece que, até a presente data, não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho fiscal

A remuneração dos membros efetivos do conselho fiscal corresponde ao valor aprovado em assembleia geral, observando o mínimo legal previsto no artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia na remuneração total destes, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

2018

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessação do Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	56,33%	34,60%	0,26%	8,81%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	86,61%	11,14%	0,64%	1,61%	0,00%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2017

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessação do Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	62,82%	24,62%	1,05%	11,51%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	68,71%	16,85%	0,16%	14,28%	0,00%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2016

Órgão	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessação do Exercício do Cargo	Ações
Diretoria Estatutária	71,47%	28,53%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Não Estatutária	94,23%	5,77%	0,00%	0,00%	0,00%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

As remunerações fixa, variável e baseada em ações dos administradores da Companhia, bem como os benefícios (incluindo os benefícios pós-emprego e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo), são estabelecidas de acordo com referências de mercado, decorrentes da participação da Companhia como convidada em pesquisas promovidas por outras empresas. O modelo de remuneração da Companhia visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade, considerando o índice de inflação medido no período fiscal, o reajuste previsto no acordo coletivo dos empregados e a *performance* dos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração;

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade, bem como atrair profissionais qualificados, com fito a

incrementar a geração de valor pela Companhia. A parcela variável tem como objetivo, ainda, motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas, entrega de projetos e crescimento da Companhia. A composição da remuneração considera também as responsabilidades de cada cargo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os membros do Conselho de Administração indicados pelos controladores não são remunerados, por decisão da Assembleia Geral.

A Companhia não remunera seus administradores por participação em comitês, estatutários ou não estatutários. A remuneração dos administradores é contrapartida suficiente para o exercício de seus cargos regulares e eventual participação em comitês da Companhia, não havendo a necessidade de remuneração adicional neste último caso.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável se baseia na *performance* da Companhia, no cumprimento de metas estabelecidas com base em indicadores estipulados anualmente pelo Conselho de Administração, além de no aferimento de competências individuais.

A remuneração baseada em ações (Plano de Opção) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção, o número de ações a serem adquiridas em caso de exercício é negociado com o administrador, sendo que o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia. O programa está em fase de descontinuação, não admitindo novos participantes.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a *performance* do negócio e a geração de valor para a Companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A remuneração variável é determinada pelos órgãos competentes da Companhia, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração, a cada contratação e a cada exercício social, tendo em vista os indicadores descritos no item “c”, acima.

Quanto à remuneração baseada em ações, no Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item “c” acima, a discussão e deliberação sobre a matéria é realizada no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Gestão, que assessora o Conselho de Administração, inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos como prioritários pelos Conselheiros de Administração. Como regra geral, a discussão e deliberação sobre a matéria é realizada no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Gestão, que assessora o Conselho de Administração, inclusive em relação à política de remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A prática de remuneração variável se alinha com os objetivos anuais da Companhia.

Esses objetivos são recomendados pelo Comitê de Gestão ao Conselho de Administração, e são desdobrados para todas as áreas da Companhia, sempre respeitando o ano fiscal (de janeiro a dezembro). O pagamento da eventual participação sobre os lucros e/ou resultados do exercício ocorre no primeiro semestre do ano subsequente ao exercício base.

A prática de remuneração baseada em ações se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

No Programa 2011, as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 01 (um) ano da entrada em operação de um *pool* de projetos.

No Programa 2013, as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da *performance* do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Os administradores da Companhia não recebem remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia;

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados até o exercício de 2018. Tal prática foi alterada a partir do referido exercício social, passando os conselheiros indicados pelos não controladores a receberem montantes similares a título de remuneração. A remuneração individual dos conselheiros remunerados é determinada pelo Conselho de Administração, tendo como base a análise realizada pelo Comitê de Gestão, não estatutário, da Companhia, bem como parâmetros de mercado.

Quanto a remuneração individual da Diretoria, essa é definida pelo Conselho de Administração, tendo como base a análise realizada pelo Comitê de Gestão, não estatutário, da Companhia. A remuneração individual é estipulada com base em referências de mercado, decorrentes da participação da Companhia como convidada em pesquisas promovidas por outras empresas.

Além disso, apesar de a Companhia não possuir política formalmente aprovada por órgão de administração estatutária, o Conselho de Administração verifica anualmente a remuneração individual quando da determinação do valor da remuneração global a ser proposto à Assembleia Geral.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,67*	3,00	5,00**	22,67
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	5,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	2.645.900,64	461.980,30	3.299.880,94
Benefícios direto e indireto	0,00	377.401,36	0,00	377.401,36
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	38.400,00	1.071.795,07	92.396,06	1.202.591,13
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais	Encargos Sociais e Gratificações	Encargos Sociais	Encargos Sociais e Gratificações
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.238.507,26	0,00	2.238.507,26

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	---	---	---	---
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	730.555,38	0,00	730.555,38
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.			
Total da remuneração	230.400,00	7.064.159,71	554.376,36	7.848.936,07

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos, que são remunerados.

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,75*	2,17	4,67**	20,58
Nº de membros remunerados	2,00	2,17	4,67	8,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	1.879.852,97	458.243,36	2.530.096,33
Benefícios direto e indireto	0,00	271.868,19	0,00	271.868,19
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	38.773,33	722.112,35	91.648,76	852.534,44
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Sociais	Encargos Sociais e Gratificações	Encargos Sociais	Encargos Sociais e Gratificações
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	1.765.245,01***	0,00	1.765.245,01
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	---	---	---	---
Pós-emprego	0,00	13.167,19	0,00	13.167,19
Cessação do cargo	0,00	449.429,67	0,00	449.429,67
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.			
Total da remuneração	230.773,33	5.101.675,38	549.892,12	5.882.340,83

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos, que são remunerados.
***Os valores de participação nos resultados correspondem aos valores provisionados durante o exercício social de 2018, aplicáveis em caso de atingimento de 100% das metas. O valor efetivamente reconhecido ainda não foi determinado.

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	14,33*	2,25	3,00**	19,58
Nº de membros remunerados	0,00	2,25	3,00	5,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.313.010,42	284.774,04	2.597.784,46
Benefícios direto e indireto	0,00	381.170,59	0,00	381.170,59
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	657.158,67	56.954,81	714.113,47
Descrição de outras	----	Encargos Sociais e Gratificações	Encargos Sociais	Encargos Sociais e Gratificações

remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.313.257,92	0,00	1.313.257,92
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	---	---	---	---
Pós-emprego	0,00	55.870,50	0,00	55.870,50
Cessação do cargo	0,00	614.070,10	0,00	614.070,10
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº03/2019.			
Total da remuneração	0,00	5.334.538,20	341.728,85	5.676.267,05

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos, que são remunerados.

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,42*	4,33	0,00	19,75
Nº de membros remunerados	0,00	4,33	0,00	4,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.261.301,13	N/A	3.261.301,13
Benefícios direto e indireto	0,00	503.155,04	N/A	503.155,04
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	1.238.333,63	N/A	1.238.333,63

Descrição de outras remunerações fixas	---	Encargos Sociais e Gratificações	---	---
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.996.887,00	N/A	1.996.887,00
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	---	---	---	---
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	N/A	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	6.999.676,80	N/A	6.999.676,80

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável – prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	14,67*	3,00	5,00**	22,67
Número de membros remunerados	N/A	3,00	N/A	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.477.014,52	N/A	4.477.014,52

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.238.507,26	N/A	2.238.507,26
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	13,75*	2,17	4,67**	20,58
Número de membros remunerados	N/A	3,00	N/A	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.530.490,02	N/A	3.530.490,02
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.765.245,01	N/A	1.765.245,01
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	14,33*	2,25	3,00**	19,58
Número de membros remunerados	N/A	2,00	N/A	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.283.144,80	N/A	3.283.144,80
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.641.572,40	N/A	1.641.572,40
Valor efetivamente reconhecido	N/A	1.313.257,92	N/A	1.313.257,92

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes
** A média indicada considera exclusivamente o número de membros efetivos.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	15,42*	4,33	N/A	19,75
Número de membros remunerados	N/A	2,00	N/A	2,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.996.887,00	N/A	1.996.887,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.996.887,00	N/A	1.996.887,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	1.996.887,00	N/A	1.996.887,00
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.434.800,00	N/A	4.434.800,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	2.217.400,00	N/A	2.217.400,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	0,00	N/A	0,00

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Gestão. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") em que serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser divido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições à circulabilidade das ações recebidas por meio do exercício da opção e disposições sobre penalidade.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções ("Contrato de Outorga") a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deverá definir pelo menos as seguintes condições:

(i) O número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;

(ii) O prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;

(iii) Eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e

(iv) Quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, cabe mencionarmos que o prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

Programa 2011: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2011 poderão ser exercidas em 04 lotes, sendo seu exercício condicionado ao cumprimento de etapas dos projetos. Por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia com base no Programa 2011 foi suspensa. Contudo, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de maio de 2015 foi aprovada a outorga de units no âmbito do referido Programa. Após o cumprimento das obrigações já assumidas pela Companhia decorrentes da aplicação do Programa 2011, ele será cancelado de pleno direito e não produzirá efeitos perante seus beneficiários.

Programa 2013: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2013 poderão ser exercidas em 04 lotes anuais iguais, cada um equivalente a 25% do total das opções concedidas, a partir de 1 (um) ano de assinatura dos Contratos de Outorga, por um prazo de 6 anos a contar da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Houve a outorga de 02 lotes de opções deste programa a beneficiários realizada em 2014 e 01 lote, em 2015. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2013, o órgão aprovou o Programa 2013 e estabeleceu que ele deverá ser aplicado a todas as novas outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários que venham a participar do Plano de Opção, por deliberação do Conselho de Administração.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução do interesse social e objetivos da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, constituindo-se instrumento de incentivo para o comprometimento dos administradores da Companhia com seu futuro e a geração de valor e estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% do total das ações de emissão da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas.

h. Condições de aquisição de ações

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações foram definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários remanescentes estão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores ao dia da outorga, a ser corrigido por IGP-M/FGV até a data de exercício das opções de compra de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é, em regra, de, no máximo, 6 (seis) anos contados da assinatura do Contrato de Outorga.

k. Forma de liquidação

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro. O Conselho de Administração pode, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga, outras formas, condições e prazos de pagamento.

l. Restrições à transferência das ações

O beneficiário do Plano de Opção somente poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção se respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção, bem como seus Programas, ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento por iniciativa do participante, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da Companhia com justa causa, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos sucessores do participante ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente,

no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá, caso a caso, o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. As opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis ao Programa 2011 e ao Programa 2013.

Além das regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, descritas acima, os Contratos de Outorga podem prever regras especiais, conforme determinadas pelo Conselho de Administração e acordadas com os respectivos beneficiários.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia não receberam remuneração baseada em ações.

Não há previsão de remuneração baseada em ações em relação para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (i) modelo de precificação; (ii) dados e premissas utilizados no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (iii) método utilizados e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (iv) forma de determinação da volatilidade esperada; (v) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não há outras informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, além daquelas já constantes deste item 13.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018:

Quantidade de ações do Conselho de Administração e Diretoria em 31/12/2018

Ações da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2018					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	261.432	0,81%	522.798	6,11%	27.650	0,86%
Conselho Fiscal	221	0,00%	440	0,01%	220	0,01%
Diretoria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Ações das Controladas da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2018					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Ações das Controladoras da Companhia:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2018					
	ON	% ON	PN	% PN	Units	% Units
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: (i) órgão; (ii) número de membros; (iii) número de membros remunerados; (iv) nome do plano; (v) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (vi) condições para se aposentar antecipadamente; (vii) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (viii) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (ix) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

Exercício social	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho de Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	2,17	2,25	4,33	13,75*	14,33*	15,42*	4,67	3,00	N/A
Nº de membros remunerados	2,17	2,25	4,33	2,00**	0,00	0,00	4,67	3,00	N/A
Valor da maior remuneração individual	2.796.861,66	2.709.543,23	2.007.371,00	115.200,00	0,00	0,00	117.706,05	85.432,21	N/A
Valor da menor remuneração individual	2.796.861,66 ***	1.333.634,55	790.364,18	115.200,00	0,00	0,00	117.706,05	85.432,21	N/A
Valor médio de remuneração individual	1.020.335,08	2.370.905,87	1.616.553,53	76.924,44	0,00	0,00	109.978,42	113.909,62	N/A

*A média indicada considera tanto o número de membros efetivos como o número de membros suplentes.

**Os membros do Conselho de Administração que não foram indicados pelos controladores passaram a receber remuneração fixa mensal no exercício de 2018, exceto os conselheiros que renunciarem voluntariamente à remuneração que lhes seria atribuída.

***O valor da menor remuneração individual apurada em 2018 considera apenas o único membro que trabalhou 12 meses na Companhia, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº 03/2019.

Número de meses em que o membro com maior remuneração exerceu suas funções na Companhia e número de membros excluídos do cálculo da menor remuneração

Exercício social	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho de Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de meses em que o membro com maior remuneração exerceu suas funções na Companhia	12,00	12,00	7,00	12,00	N/A	N/A	12,00	9,00	N/A
Nº de membros excluídos do cálculo da menor remuneração	4,00	2,00	3,00	2,00	N/A	N/A	1,00	0,00	N/A

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Em determinados casos, definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, há a previsão de bônus de desligamento, caso os diretores estatutários sejam destituídos de seu cargo. O Conselho de Administração pode estabelecer, caso a caso, outras gratificações em caso de destituição.

A Companhia não possui outros arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2018	2017	2016
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	-

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título, tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO IV

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA – ORIENTAÇÕES GERAIS

Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2019 por meio de boletim de voto a distância a ser enviado: (i) por transmissão de instruções de preenchimento para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento para o escriturador das ações de emissão da Companhia – Itaú Securities Services –, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo de boletim constante do presente anexo, por correio postal ou eletrônico, para os endereços indicados no boletim.

Caso o acionista deseje exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras determinadas pelo intermediário em questão. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, ou com o escriturador, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim.

Caso o acionista deseje enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos para o endereço descrito abaixo:

(a) via física original da via original do boletim de voto à distância disponível no presente anexo, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(b) comprovante de titularidade de suas ações, expedido pela instituição depositária das ações escriturais ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, contendo a respectiva participação acionária.

Independentemente do meio adotado para o exercício do voto a distância, o acionista deverá encaminhar os documentos que comprovam a qualidade de acionista e permitam sua participação da assembleia geral, conforme indicados no edital de convocação.

Os boletins e documentos acima devem ser recebidos até 7 dias antes da data da assembleia, nos termos da regulação aplicável. Eventuais boletins de voto a distância recebidos após esta data serão desconsiderados.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização e consularização para aceitação do boletim de voto à distância. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico: ri@renovaenergia.com.br. Em caso de envio de documentos via correio, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Roque Petroni

Junior, nº 850, 14º andar, parte 1, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, e a Companhia solicita o envio de cópia do boletim de voto à distância para ri@renovaenergia.com.br. Em caso de qualquer dúvida a respeito do procedimento e prazos desse item, solicitamos que V. Sa. entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores, no telefone (11) 3509-1101, e-mail ri@renovaenergia.com.br.

A Administração informa que, caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Os boletins de voto são indicados a seguir, e podem ser obtidos pelos acionistas na página de Relações com Investidores da Companhia (www.renovaenergia.com.br) e nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br).

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - RENOVA ENERGIA S.A. de 30/04/2019

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Este boletim deve ser devidamente preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, convocada para o dia 30 de abril de 2019, às 11:00 horas, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009. Para que este boletim de voto seja considerado válido, o acionista seja considerado presente e os votos apresentados nos termos deste boletim sejam contabilizados para fins de formação dos quóruns de instalação e deliberação da assembleia geral: (i) Todos os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos; (ii) O boletim deverá ser assinado pelo o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, e todas as páginas deverão ser rubricadas; (iii) O acionista deverá encaminhar os documentos que comprovam a qualidade de acionista e permitam sua participação da assembleia geral, conforme indicados na proposta da administração, em conjunto com este boletim de voto; e (iv) Todas as informações fornecidas deverão ser verdadeiras. Documentos provenientes do exterior deverão ser notarizados e consularizados, ou apresentados em forma de apostila, se aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada registrada em cartório de títulos e documentos. Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais deverão ser reconhecidas em cartório, por semelhança ou autenticidade. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização e consularização para aceitação do boletim de voto à distância. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Informações adicionais sobre a assembleia geral e sobre as matérias constantes da ordem do dia constam da proposta da administração da Companhia, disponível nos websites da Companhia (www.renovaenergia.com.br), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2019 por meio de boletim de voto a distância a ser enviado: (i) por transmissão de instruções de preenchimento para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento para o escriturador das ações de emissão da Companhia – Itaú Securities Services –, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo de boletim constante do presente anexo, por correio postal ou eletrônico, para os endereços indicados no boletim. Caso o acionista deseje exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras determinadas pelo intermediário em questão. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, ou com o escriturador, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim. Independentemente do meio adotado para o exercício do voto a distância, o acionista deverá encaminhar os documentos que comprovam a qualidade de acionista e permitam sua participação da assembleia geral, conforme indicados no edital de convocação. O prazo máximo para recebimento do boletim de voto a distância, por prestadores de serviços e pela Companhia, é dia 24 de abril de 2019. Boletins de voto recebidos fora do prazo serão desconsiderados, para todos os fins.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - RENOVA ENERGIA S.A. de 30/04/2019

Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico: ri@renovaenergia.com.br (indicar no assunto do email: "Boletim de Voto a Distância AGOE 30.04.2019").

Em caso de envio de documentos via correio, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Roque Petroni Junior, nº 850, 14º andar, parte 1, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, e a Companhia solicita o envio de cópia do boletim de voto à distância para ri@renovaenergia.com.br.

Independentemente do envio dos documentos por via eletrônica, será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos ao endereço postal acima.

Em caso de qualquer dúvida a respeito do procedimento e prazos desse item, solicitamos que V. Sa. entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores, no telefone (11) 3509-1101, e-mail ri@renovaenergia.com.br.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
Endereço postal: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.500, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132
Endereço eletrônico: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br
Telefone: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 7209285 (demais localidades)
O atendimento ocorre em dias úteis, das 9h às 18h.

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

3. Eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para preenchimento de cargo vago.

A aprovação da matéria no boletim de voto a distância corresponderá à aprovação da indicação do candidato Sr. Daniel Alves Ferreira.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

4. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019.

A aprovação da matéria no boletim de voto a distância corresponderá à aprovação da proposta da administração.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Questão Simples

5. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161, da Lei n.º

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - RENOVA ENERGIA S.A. de 30/04/2019

5. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161, da Lei n.º 6.404/1976? [ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se
Questão Simples 6. Em caso de instalação da assembleia geral em segunda convocação, as instruções de voto constantes nesse boletim também poderão ser consideradas? [ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Cidade :_____

Data :_____

Assinatura :_____

Nome do Acionista :_____

Telefone :_____

Data da atualização das informações: 29/03/2019

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - RENOVA ENERGIA S.A. de 30/04/2019

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Este boletim deve ser devidamente preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância na assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia, convocada para o dia 30 de abril de 2019, às 11:00 horas, nos termos da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009. Para que este boletim de voto seja considerado válido, o acionista seja considerado presente e os votos apresentados nos termos deste boletim sejam contabilizados para fins de formação dos quóruns de instalação e deliberação da assembleia geral: (i) Todos os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos; (ii) O boletim deverá ser assinado pelo o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, e todas as páginas deverão ser rubricadas; (iii) O acionista deverá encaminhar os documentos que comprovam a qualidade de acionista e permitam sua participação da assembleia geral, conforme indicados na proposta da administração, em conjunto com este boletim de voto; e (iv) Todas as informações fornecidas deverão ser verdadeiras. Documentos provenientes do exterior deverão ser notarizados e consularizados, ou apresentados em forma de apostila, se aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada registrada em cartório de títulos e documentos. Todas as cópias dos documentos deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais deverão ser reconhecidas em cartório, por semelhança ou autenticidade. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização e consularização para aceitação do boletim de voto à distância. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Informações adicionais sobre a assembleia geral e sobre as matérias constantes da ordem do dia constam da proposta da administração da Companhia, disponível nos websites da Companhia (www.renovaenergia.com.br), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2019 por meio de boletim de voto a distância a ser enviado: (i) por transmissão de instruções de preenchimento para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento para o escriturador das ações de emissão da Companhia – Itaú Securities Services –, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo de boletim constante do presente anexo, por correio postal ou eletrônico, para os endereços indicados no boletim. Caso o acionista deseje exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras determinadas pelo intermediário em questão. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia, ou com o escriturador, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim. Independentemente do meio adotado para o exercício do voto a distância, o acionista deverá encaminhar os documentos que comprovam a qualidade de acionista e permitam sua participação da assembleia geral, conforme indicados no edital de convocação. O prazo máximo para recebimento do boletim de voto a distância, por prestadores de serviços e pela Companhia, é dia 24 de abril de 2019. Boletins de voto recebidos fora do prazo serão desconsiderados, para todos os fins.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados aos cuidados de seu

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - RENOVA ENERGIA S.A. de 30/04/2019

Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico: ri@renovaenergia.com.br (indicar no assunto do email: "Boletim de Voto a Distância AGOE 30.04.2019").

Em caso de envio de documentos via correio, tal documentação deve ser direcionada à Avenida Roque Petroni Junior, nº 850, 14º andar, parte 1, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, CEP 04707-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, e a Companhia solicita o envio de cópia do boletim de voto à distância para ri@renovaenergia.com.br.

Independentemente do envio dos documentos por via eletrônica, será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos ao endereço postal acima.

Em caso de qualquer dúvida a respeito do procedimento e prazos desse item, solicitamos que V. Sa. entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores, no telefone (11) 3509-1101, e-mail ri@renovaenergia.com.br.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
Endereço postal: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.500, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132
Endereço eletrônico: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br
Telefone: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 7209285 (demais localidades)
O atendimento ocorre em dias úteis, das 9h às 18h.

Deliberações / Questões relacionadas à AGE

Deliberação Simples

1. Rerratificar a remuneração global da administração relativa ao exercício de 2018.

A aprovação da matéria no boletim de voto a distância corresponderá à aprovação da proposta da administração.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Questão Simples

2. Em caso de instalação da assembleia geral em segunda convocação, as instruções de voto constantes nesse boletim também poderão ser consideradas?

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Cidade :_____

Data :_____

Assinatura :_____

Nome do Acionista :_____

Telefone :_____